

REFLEXÕES SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Sandra Aparecida Zotovici

Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil

Janaína Benasse Melo

Centro de Treinamento Esportivo A3 Sports, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

Márcia Zendron de Campos

Universidade Paulista, São Paulo, São Paulo, Brasil

Larissa Michelle Lara

Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil

Resumo

O presente estudo traz reflexões sobre o estágio supervisionado em duas escolas públicas da cidade de São Paulo no intuito de oferecer subsídios à práxis educacional que possa alicerçar ações pedagógicas junto à educação física. As incursões teóricas realizadas pelo tema e as experiências em campo possibilitaram entender como se dá o estágio supervisionado, em seu fazer/acontecer, identificando os modos como ele se processa. Entende-se que a realidade social, o conhecimento adquirido, o contexto da escola e o interesse discente e institucional são elementos essenciais a se considerar na prática do estágio supervisionado para a otimização dessa experiência como campo de formação do aluno no âmbito da educação física.

Palavras-chave: Docentes. Educação Física e Treinamento. Ensino Superior.

Introdução

A instituição educacional é o espaço interacional onde se realiza a formação do aluno por meio do diálogo na diversidade, diálogo aceitável para olhar o outro no seu mundo de cultura e de alteridade.

(LONGHI, 2010, p. 83)

A experiência de docência no ensino superior é oportunizada, em especial, pelo estágio supervisionado que visa à reflexão sobre a prática pedagógica ‘in loco’, o que vem a se constituir como momento oportuno tanto de transposição didática à formação discente quanto do professor universitário responsável por essa formação. Ambos se de-

envolvem nesse processo, uma vez que ao educar alguém, também se educa, criando possibilidades múltiplas de vivência de saberes e de reformulação desses saberes, num processo dinâmico, histórico e carregado de sentidos e significados.

A relação entre docente e discente estagiário pode não ser tranquila e/ou harmoniosa, mas necessita ser de desenvolvimento e crescimento de ambos os envolvidos no processo. O problema, muitas vezes, está em significar essa vivência do estágio e aproveitar tudo o que ela pode trazer de contribuições à formação. Contudo, é necessário partir de um processo de comunicação que amplie o aproveitamento daquele que está no papel de estagiário com o professor na escola e na universidade, para que todos sejam beneficiados com o aprendizado que a prática pedagógica pode proporcionar aos envolvidos. Mas, será que essa relação entre docente, discente, supervisor da universidade e colaborador na escola é efetiva?

Com base nessas orientações iniciais, esse artigo parte do pressuposto de que é necessário significar a experiência do estágio no campo da educação física para favorecer a formação discente, numa dimensão ético-moral para com a área de atuação. O recorte que fazemos para essa reflexão dá-se na preparação do aluno para atuar no estágio supervisionado em Educação Física, oferecida por uma Instituição de Ensino Superior privada, na cidade de São Paulo, e materializada na forma de estágio supervisionado em duas escolas públicas da referida cidade. A primeira parte discorre sobre a formação crítica necessária à prática pedagógica consciente e consistente, tratando ainda da avaliação do processo e das políticas públicas educacionais orientadoras desse processo. A segunda parte traz reflexões sobre o estágio supervisionado nas vozes da docente da escola que o acompanha (e que também atua no ensino superior) e da discente que passou pela experiência do estágio em escola pública. Por fim, o texto traz reflexões sobre questões de operacionalização do estágio a partir da legalidade e do que não aparece em termos de lei, mas que se faz necessário a partir da responsabilidade ético-moral para com o processo de formação.

A ênfase dessa reflexão está centrada na formação do licenciado em Educação Física, indicador que influencia diretamente o campo de atuação escolar por meio do estágio. Partimos do pressuposto de que a formação didático-pedagógica é referencial para uma preparação com base em conhecimentos que levem a uma prática permeada de olhares

críticos, criativos, autônomos e transformadores, mesmo que minimamente despertados no início do processo educativo no contexto da escola.

Incursões pela literatura atinente ao tema possibilitaram fundamentar e estruturar conhecimentos sobre as áreas temáticas educação física escolar, políticas públicas, estágio supervisionado e prática de ensino, num processo intercomunicativo que subsidie reflexões sobre as experiências de estágio que serão apresentadas e sobre o pensar e agir na prática pedagógica.

Formação crítica e reflexiva

A prática de ensino e o estágio supervisionado passam a ser instituídas obrigatoriamente, com carga horária definida, a partir da Resolução CNE/CP 02/2002, sendo essenciais ao exercício do futuro profissional. No entanto, nota-se que essas práticas geralmente são instituídas em uma ou mais disciplinas, as quais as utilizam como conteúdos de ensino específicos, não atendendo ao exposto na própria diretriz curricular. Isso porque a Resolução CNE/CP 01/2002, define que toda prática como componente curricular, seja o estágio ou a prática de ensino, deve ser vivenciada no curso durante seu processo, ou seja, efetivamente em todas as disciplinas que o compõem, favorecendo o exercício da práxis (CAMPOS, 2009).

No currículo da licenciatura, todo componente curricular e o estágio deveriam ir para além das práticas tradicionais sob a forma de estágio, as quais são consideradas necessárias à docência, que são as atividades de observação, participação e regência, possibilitando um espaço de reflexão e investigação sobre essas etapas que poderão ampliar o leque de aprendizagens e de saberes. Como afirmam Barreiro e Gebran (2006, p. 21):

Isso significa, pois, que a formação inicial e o estágio devem pautar-se pela investigação da realidade, por uma prática intencional, de modo que as ações sejam marcadas por processos reflexivos entre os professores-formadores e os futuros professores, ao examinarem, questionarem e avaliarem criticamente o seu fazer, o seu pensar e a sua prática.

Assim, pode-se valorizar a prática coletiva, deixando de lado as ações individualistas e trazendo à tona uma discussão significativa sobre a formação docente com base no estágio, experiência que permite refletir a realidade da atuação, servindo como campo de conhecimento.

A prática pedagógica se constitui a partir de diversos fatores e um dos principais é o domínio do tema abordado, pois quando se assimila dado conhecimento, consegue-se desenvolver um trabalho consistente e maduro. É necessário que a formação acadêmica do futuro educador seja bem estruturada, de modo a buscar subsídios para realizar um trabalho rigoroso, transformando seus conhecimentos e formando uma nova concepção acerca do que é e de como poderá desenvolver seu trabalho no campo profissional. Daí que o estágio supervisionado se configura como essencial a esse campo pois, como afirma Campos (2007, p. 24), é um dos instrumentos de promoção da prática reflexiva no curso de formação, em que se possibilita a

[...] aproximação do aluno futuro professor, com a realidade de atuação, levando-o a refletir acerca dos momentos vivenciados – a refletir tanto na ação (vivência do estágio) quanto sobre a ação (momento depois do estágio, quando se repensa a prática de ensino vivenciada e é possível prever novas possibilidades).

A formação acadêmica, para Teixeira e Diniz (2010), necessita ser reflexiva e crítica, mantendo-se a qualidade de ensino. Portanto, os campos conceituais de formação servem de balizadores, partindo do conhecimento científico e pedagógico no processo de aprendizagem inter e transdisciplinar e, na construção e produção de conhecimento, considerando que a formação do professor e do profissional de Educação Física possui uma característica que lhe é peculiar a respeito do corpo de conhecimento e sua prática, o que leva à compreensão sobre a necessidade de pensar os campos de entrelaçamento e tensão entre teoria e prática.

Quando tratamos do processo de formação, seja qual for o âmbito, nos referimos à transformação de pensamentos e opinião crítica sobre cada assunto abordado. Esses fatores que se interpõem e ficam cada vez mais ampliados servem para que novas áreas de conhecimento possam surgir, tornando alargado o grau de densidade da formação do

discente, sujeito esse com especificidades no aprender a fazer e no ensinar a fazer.

Ao pensarmos em conhecimentos específicos da Educação Física no âmbito escolar e em sua aplicabilidade apostamos no professor com capacidade crítica e interativa – o qual assume a sua identidade pedagógica – em contraposição àquele que se porta como técnico ou professor que não contribui para o reconhecimento pedagógico da área, considerando-a sinônimo de esporte e determinando a participação dos sujeitos que apresentem melhor habilidade e performance para o desenvolvimento de tais práticas escolares. Dessa forma, atentar para o que se refere às práticas docentes a ser adotadas no curso de formação torna-se uma ação necessária, pois partimos do pressuposto de que a técnica faz parte das incitações da prática pedagógica no âmbito escolar, embora não por si só.

Políticas educacionais e a responsabilidade social da Educação Física

Perceber a escola como espaço transformador e de criação de pensamentos e ações permite problematizar o conhecimento, pensar no caminho do futuro profissional diante da tomada de consciência e do comprometimento assumido em seu processo de formação. Tal preocupação é observada em Silva, Caparroz e Almeida (2011, p.65) ao tecerem argumentos pautados no processo de escolarização e na formação por meio de pesquisa realizada nesse campo. Para os autores, a formação inicial dos professores de Educação Física dá-se antes mesmo do ingresso na universidade, pois eles já vem ao ensino superior com imaginários constituídos que, por vezes, “[...] podem funcionar como bloqueio e escudo contra a formação de pensamento crítico”. Entretanto, advertem, esses imaginários também se configuram como forma de problematizar e de “devir” que possibilita a visualização da condição de docentes em formação e em situações de análise.

Considerando que o educador exerce papel muito mais extenso e complexo no âmbito escolar, local em que ele põe em prática seus projetos pedagógicos e seu plano de aula, pode-se, de forma crítica, analisar qual valor é atribuído ao processo de ensino no interior das escolas públicas. Essa ação de transformar e ajudar a construir formas de pensamento na escola não deve recair unicamente como responsabilidade dos formadores, mas ser entendida como parte de um contex-

to (formadores e gestores). Isso torna possível pensar em políticas educacionais por meio de políticas públicas que passem a definir ações para os mais variados poderes, os quais atuam em diferentes níveis de ensino, contribuindo para a vinculação de novos recursos para uma aprendizagem adequada e de qualidade, enfrentando a realidade da sociedade e sistematizando os elementos encontrados naquela cultura de forma a interagir com sua diversidade.

Quando se lança olhares à perspectiva que vincula a ação da política educacional à responsabilidade social que os profissionais devem ter, torna-se possível reconhecer a importância da participação dos conselhos federais, nacionais e municipais na gestão e formulação de políticas porque, dessa forma, consegue-se dar a atenção devida à formação, trazendo pontos que sejam valorosos para a rede pública de ensino, bem como para o que diz respeito aos objetivos prioritários da educação brasileira.

Entendendo que aquele que tem o contato direto com a sala de aula e com os educandos pode ser considerado o principal agente de transformação da educação, pois conhece a realidade e as necessidades que podem fazer a diferença na busca por conhecimento, é que passamos a organizar o texto a partir de três lugares: da discente que faz o estágio supervisionado, da professora da escola que acompanha o estágio supervisionado e que também trabalha no ensino superior, e da professora da disciplina Estágio Supervisionado na formação universitária. Esses três lugares estão demarcados no texto pelas próprias falas das atoras sociais, as quais relatam suas experiências com base no que viveram e no que aprenderam por meio de enriquecedores aprendizados.

O estágio supervisionado sob a vertente da docente universitária e professora em escola - experiências e vivências

Acompanhar o estágio supervisionado por meio de uma visão panorâmica da formação do professor de Educação Física é um privilégio oportunizado pela experiência no ensino superior, bem como pela rede estadual de ensino, no Estado de São Paulo, o que possibilitou observar os primeiros passos de uma futura profissional sobre a necessidade de entrelaçar teoria e prática durante o estágio supervisionado, conhecimentos que inspiravam a estagiária à prática docente.

No estágio supervisionado, realizado em duas escolas estaduais do município de São Paulo, foi possível acompanhar como a estagiária

construiu seus conhecimentos e os transformou em ação prática pedagógica, obrigatório para o curso de Licenciatura. Constatou-se o quanto ela agiu com interesse, desenvolvendo cada fase com responsabilidade e intensa curiosidade. Na fase de observação, a estagiária sempre perguntava e discutia; na participação, auxiliava, envolvendo-se, interagindo, dando sugestões e frequentando às reuniões pedagógicas, assim como atividades extraclasse, o que facilitou a regência das aulas, desenvolvidas com tranquilidade e segurança.

Ao extrapolar a sua necessidade de carga-horária, dando continuidade ao estágio, ao contrário de muitos alunos, a estagiária mostrou que estava ali pelo conhecimento e experiência que iria adquirir e não pela obrigação. Situou-se no processo e se destacou pelo interesse e postura crítica, interrogando sobre o que observou, solicitando espaços de participação e reunindo o que havia construído no processo, com a regência, e as análises sobre a prática de ensino que se sucediam dia após dia em relatos que eram discutidos com sua orientadora no estágio, elementos que serviram para ampliar suas reflexões na universidade. Tais ações vêm ao encontro das ideias de Barreiro e Gebran (2006, p. 28) ao observarem o estágio “[...] como teórico-prático e não como teórico ou prático”, possibilitando aos estagiários entender as práticas institucionais e ações desenvolvidas por profissionais no intuito de capacitar os futuros professores.

Atualmente, ainda acompanhamos o trabalho da estagiária, agora profissional formada, licenciada em Educação Física, atuando na cidade de Foz do Iguaçu, por meio de outros profissionais que a avaliam positivamente em seu trabalho, elogiando a dedicação e o domínio de conhecimento que apresenta em sua prática pedagógica da educação infantil ao ensino médio.

Experiências bem sucedidas de discentes no campo do estágio supervisionado, com repercussões no campo profissional, são motivadoras da ação docente, levando à continuidade do aprimoramento cotidiano do ato de ensinar, com leituras, estudos para aperfeiçoar, melhorar, estruturar e reestruturar a prática pedagógica. Tais experiências levam o docente a sentir que todo esforço valeu a pena no intuito de efetivar sua capacitação para melhorar as aulas ministradas no ensino superior.

A partir desse momento, atrelamos à perspectiva do ensino e aprendizagem a visão da estagiária, quem faz uma reflexão a partir do aprendizado que teve, entrelaçamento os saberes obtidos durante o

curso de Educação Física em sua iniciação da prática pedagógica com a experiência obtida em escolas públicas em São Paulo. Após sua formação acadêmica e atuando com a Educação Física no âmbito escolar, a ex- estagiária, agora professora, fala de sua transição pelo estágio supervisionado.

O estágio supervisionado sob a vertente da estagiária – avaliando experiências formativas

O pensamento de um acadêmico do curso de Educação Física sobre sua prática pedagógica geralmente gira em torno de suas experiências anteriores. Um ex-atleta de futebol, por exemplo, faz Educação Física para garantir a possibilidade de dar aulas dessa modalidade. Porém, não entende que estar ‘in loco’ para estagiar é algo precioso à sua formação, pois os aprendizados são muitos. É a partir deste momento que começamos a enxergar de maneira peculiar e ambígua a relação entre teoria e prática, o que nos faz refletir sobre a necessidade de uma prática pedagógica consciente, autônoma e consistente. Como afirmam Rezer e Fensterseifer (2008, p. 320), retomar a docência em sua complexidade indica considerar os espaços de atuação como aqueles orientados por “[...] um nível de exigência intelectual, sensível, estética, corporal, enfim, um nível de exigência humana que pode ser bastante elevado”.

O estágio supervisionado é uma fase de aprendizagem potencial para o aprendizado crítico e aberto a uma visão de mundos diferentes e de possibilidades político-pedagógicas, oportunizando, muitas vezes, a extensão da experiência para a atuação profissional, considerando que este momento é propício para ‘errar’, acrescido de correção e reflexão a partir das situações que podem ajudar a perceber o erro. O professor que acompanha o estagiário em seu processo formativo, atento ao que acontece, e apontando os desacertos que observa no campo da participação e regência, é seu parceiro, colaborando com a aquisição de conhecimentos que potencializem o ato de ensinar.

Não obstante, pode-se sentir na ‘pele’ os dramas pelos quais passa o professor ao não ter as condições necessárias para ministrar suas aulas, como materiais, espaço físico, aprendendo a trabalhar no espaço que lhe resta e com materiais alternativos que possam cumprir, senão a mesma função dos materiais didático-pedagógicos formais,

função semelhante no intuito de uma prática que possa cumprir com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica.

Desde o início da formação procuramos melhorar e ampliar o contato com o campo teórico da educação física que pudesse orientar as experiências formativas e a prática de ensino com o estágio. Nesse processo, foram necessárias orientações de um professor capacitado para essa função, engajado e com experiência no processo de orientação. O estágio oportunizou encontrar esse personagem capaz de caminhar lado a lado, propondo novos desafios e possibilitando a abertura de um vasto campo de conhecimentos que impulsionaria o início da vida acadêmica.

Entendemos que os estagiários deveriam se preocupar não apenas com a parte burocrática do estágio, preenchendo formulários, fichas e relatórios, mas sim com a experiência em si de estagiários aprendizes e futuros professores, fazendo análise crítica da vivência, opinando e construindo sua autonomia no campo da prática pedagógica. Podemos dizer que durante a fase de estágio supervisionado se aprende muito com as atividades realizadas, observando as várias propostas e analisando as concepções que a professora seguia (nesse caso, a mesma em todos os níveis de ensino).

Estagiando no ensino fundamental (anos iniciais e finais), em duas instituições públicas, foi possível notar grande diferença entre elas. A especificidade de cada escola, de cada indivíduo, de cada espaço físico, aliados à realidade regional e comunitária, transforma a potencialidade das atividades pedagógicas e dos procedimentos adotados. Como observa Calmels (2002, p.68, tradução nossa),

[...] a ruptura no campo disciplinar impacta sobre os conteúdos e sobre a construção metodológica. Isso implica, por um lado, em aproximar o conhecimento de um objeto que é regido por uma lógica particular e, por outro, atender ao problema de como o sujeito pode aprender.

Tanto no ensino fundamental I como no ensino fundamental II, as atividades propostas pela professora, atuante nas duas escolas públicas em que o estágio ocorria, estavam em sintonia com os objetivos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), o que possibilita perceber a diferenciação de aplicação dos conteúdos conforme a faixa etária e o gradativo aumento da complexidade dos conhecimen-

tos propostos, pois nessa fase os alunos já conseguem identificar, reconhecer, expressar e comunicar seus pensamentos, sistematizando-os e ampliando seus significados.

A experiência adquirida nesse processo do estágio foi importante, pois fez refletir sobre as condições de trabalho, a prática pedagógica e, além de tudo, a vivência para adquirir uma experiência profissional condizente com o projeto político pedagógico da escola. O contato com a professora colaboradora na escola, bem como as discussões decorrentes dessa prática, resultantes do diálogo entre estagiária, professora da escola e supervisora de estágio na universidade, oportunizaram reflexões essenciais ao desenvolvimento acadêmico. Em síntese, a experiência e o entrosamento com os parceiros desse processo de estágio resultaram no aprimoramento da ação de ensinar e no entendimento da necessidade de articulação tensional entre teoria e prática, reconhecendo a área da Educação Física de modo ampliado, com densas contribuições ao campo formativo.

Estágio supervisionado: leis, políticas públicas e experiência pelo olhar da professora universitária

Faz-se necessário aqui entrelaçar temas que influenciam de modo direto o estágio supervisionado e que podem fazer a diferença quando surgem discussões a partir de questões norteadoras, como: Até que ponto as leis podem interferir na melhoria do acompanhamento desse estágio? Há interesse político, social e econômico no estágio supervisionado? É viável a implantação de políticas públicas educacionais que auxiliem essa intervenção no estágio supervisionado? As experiências no ensino superior relacionadas às diferentes realidades vividas podem gerar reflexão e crítica?

Pelas experiências vividas no ensino superior torna-se possível afirmar que o acompanhamento do estágio supervisionado é imprescindível à formação do acadêmico, pois realidades diferentes foram visualizadas, em distintas instituições, o que possibilita comparativos que auxiliarão criticamente no ‘repensar’ das práticas pedagógicas, tão necessárias e requisitadas a uma formação de qualidade.

No estágio supervisionado tem-se o acompanhamento do professor responsável, colaborador, da Educação Básica, bem como do coordenador (supervisor) da instituição de ensino superior, assim como outro modelo de estágio que se resume a papéis em forma de relatórios que

traduzem o processo avaliativo da prática pedagógica desses estagiários, processo que não permite a certeza de que houve a participação desse aluno no meio escolar, pois, conforme a fala de alguns acadêmicos, “sempre tem alguém que dá um jeitinho para assinar as fichas de estágio”.

Veiga (2004) afirma que a participação efetiva do aluno será assegurada pela orientação e supervisão de estágio que parte da coordenação do curso ou do estágio, com dedicação mínima de 20 horas semanais e apoio de órgão administrativo que garanta a normatização dessa prática. Assim, embora o estágio supervisionado seja uma exigência como componente curricular nos cursos de licenciatura não há algo que determine de modo explícito o ‘como’ ele deve acontecer. Esclarece que apenas se detém a atenção ao ‘quanto’ o acadêmico deverá realizar de carga horária especificada, pela Resolução CNE/CP 2/2002, com a totalização de 400 horas, acrescentando 100 horas ao que é indicado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Como não está determinado em lei, o acompanhamento de um professor responsável pela formação inicial durante o estágio, com carga horária exclusiva para essa função, geralmente não é observada. Quem se encontra atuando são os professores ‘supervisores’, na universidade, que acompanham à distância e, às vezes, só burocraticamente, o que ocorre no estágio. Daí ser necessário amadurecimento para lidar com a autonomia em relação às orientações para esse campo de modo que ele represente, para o aluno, uma fase primordial à sua formação, tratada de modo denso e responsável.

No momento do estágio do aluno é o próprio professor da escola que passa a assumir a função do supervisor, como colaborador do processo. Quando por razão da impossibilidade desse sujeito supervisor de estágio na universidade acompanhar e comprometer-se com essa vivência junto ao aluno (futuro professor), a figura do colaborador é fundamental e única. No entanto, a parceria desses sujeitos - professor da escola e da universidade - poderia acrescentar mais a esse processo, aprimorando o acompanhamento na experiência do estagiário. Podemos perceber que essa preocupação é uma inquietação que aflige alguns pesquisadores, a exemplo de Silva, Souza e Checa (2010, p. 687), os quais entendem que o professor orientador se transforma num “mero burocrata” mediante as condições de trabalho que lhe são oferecidas, encarregando-se de “[...] checar o preenchimento correto de

planilhas de carga horária cumprida nos estágios”, verificar assinaturas, entre outros, ação muito mais de policiamento do que pedagógica.

Entendemos, portanto, que a função do professor supervisor deveria ser assumida por todo o quadro de docentes e, em todas as disciplinas utilizando-se dessa experiência para refletir, com seu aluno, tanto o conteúdo específico de conhecimento inserido nas aulas como o procedimento e a experiência de estágio, contribuindo para se pensar a teia relacional que promove a formação docente.

Reflexões finais

Ao discutirmos o campo do estágio como parte integrante e essencial do processo de formação do aluno, e não como apêndice na aquisição de saberes, procuramos valorizar a práxis (ação pensada, refletida) que possa alicerçar atuações pedagógicas. Pelo fato de não se estabelecer em forma de lei o cumprimento do estágio supervisionado obrigatório com acompanhamento do supervisor responsável da instituição de ensino superior e considerando a necessidade do engajamento político dos docentes para discutir e exigir a implementação das condições de desenvolvimento dessa prática supervisionada, torna-se fundante o despertar de capacidades críticas que possam desfrutar dessa autonomia relativa em relação aquilo que não é normativo, mas que se coloca como essencial ao processo da formação no sentido de criar condições de aproximar de modo efetivo o mundo da universidade do mundo da escola.

O engajamento entre docente, escola e universidade, em acordo com as diretrizes educacionais, parte da inspiração de estimular a discussão sobre os componentes curriculares e sua relevância à formação acadêmica para dar prosseguimento à ampliação e criação de novas perspectivas relacionadas às práticas pedagógicas que o currículo propicia nas instituições de ensino superior. Será importante instituir políticas públicas que direcionem e, assim determinem medidas para o processo de avaliação da prática pedagógica no interior dos cursos, devendo ser estabelecidas e seguidas de forma séria e íntegra, ampliando os olhares para essa prática no âmbito da escola.

O conhecimento é algo que se transforma e guia a estruturação de novos conceitos, significados e significantes conforme a atualidade histórico-cultural e econômica de qualquer realidade, não sendo diferente na escola. Por isso, faz-se necessária a busca incessante dos

meios que propiciem o acesso a uma realidade em que as responsabilidades sejam assumidas de forma consciente, com acompanhamento direcionado para que se crie condições para uma formação de qualidade que se estabeleça no processo e que oportunize ao futuro professor, no caso, o licenciado, sentir segurança na aprendizagem que acompanha essa fase.

Os discentes do curso de Educação Física, às vezes, por falta de orientação e recursos – tempo principalmente – passam pela fase de estágio sem aprender nada de significativo, pois acabam cumprindo horas determinadas que não os levam a perceber a importância desse componente, sobretudo porque não lhe é oferecida oportunidade de reflexão com base em discussões e análises junto a professores experientes e responsáveis por essa prática. Enfatiza-se o fazer e não o refletir, perdendo, com isso, a definição da trajetória de práxis que auxilia efetivamente no processo de constituição da profissão docente. Daí que avaliar como vem sendo lapidada a formação inicial, com olhar crítico e comprometido com o processo e responsabilidade que nos cabe como educadores, no ensino superior ou na escola, especialmente no campo do estágio, faz-se imprescindível de modo a ressignificar essa prática para além do âmbito pedagógico e do que se espera das políticas públicas educacionais.

Reflections on the supervised training in degree course in Physical Education

Abstract

This study provides reflections on the supervised training in two public schools in São Paulo in order to offer subsidies to educational praxis that can underpin pedagogical activities with physical education. The theoretical inroads made by the subject and field experiments to understand how is possible the supervised training, in your make / place, identifying the ways in which it takes place. It is understood that social reality, the knowledge acquired, the context of school and student and institutional interests are essential to consider the practice of supervised training to optimize this experience as a field of student education in physical education.

Keywords: Faculty. Physical Education and Training. Higher Education.

Reflexiones sobre el entrenamiento supervisado en El curso de la licenciatura en Educación Física

Resumen

Este estudio ofrece reflexiones sobre la formación supervisada en dos escuelas públicas de São Paulo con el fin de ofrecer subsidios para la praxis educativa que se

sustentam las actividades pedagógicas de la educación física. Los avances teóricos realizados por el sujeto y experimentos de campo para entender cómo es posible que el entrenamiento supervisado, en su marca / lugar, identificar las formas en que se lleva a cabo. Se entiende que la realidad social, los conocimientos adquiridos, el contexto de la escuela y los estudiantes y los intereses institucionales son esenciales para considerar la práctica de entrenamiento supervisado para optimizar esta experiencia como un campo de la educación de los estudiantes de educación física. **Palabras clave:** Docentes. Educación y Entrenamiento Físico. Educación Superior.

Referências

BARREIRO, I. M. de F.; GEBRAN, R. A. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: AVERCAMP, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 01 de 19 de fevereiro de 2002**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>> . Acesso em: jan/2012

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 02 de 19 de fevereiro de 2002**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>> . Acesso em: jan/2012

BRASIL. Secretaria de Educação. Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Educação Física/MEC/SEF, 1997. 96p.

CALMELS, D. Diferentes modos de aprender el cuerpo. In: FASSINA, M.; PEREYRA, C.; CENA, M. **Experiência de si y problematizaciones em lãs práticas corporales**. Córdoba: Alción, 2002. p.50-69.

CAMPOS, M. Z. **A prática nos cursos de licenciatura: reestruturação curricular da formação inicial**. 2007. 130f. Tese (Doutorado em Currículo, Formação de Professores)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). São Paulo, 2007.

_____. As finalidades educacionais na educação física e a prática reflexiva: concepções e possibilidades na Educação Básica. In: SCARPATO, M. **Educação Física: como planejar as aulas na Educação Básica**. São Paulo: AVERCAMP, 2009. p.17-28.

LONGHI, A. J. Diálogo na diversidade. In: GOERGEN, P. (Org.) **Educação e diálogo**. Maringá: Eduem, 2010. p.83-115.

REZER, R.; FENSTERSEIFER, P. E. Docência em educação física: reflexões acerca de sua complexidade. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 11, n. 3, set./dez. 2008. p.319-329.

SILVA, B. V.; CAPARRÓZ, F. E.; ALMEIDA, U. R. A produção de imaginários sociais sobre a escola e seus efeitos na formação inicial de professores de Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 1, jan./mar. 2011. p.51-68.

SILVA, S. A. P. dos S.; SOUZA, C. A. F. de; CHECA, F. M.. Situação de estágio supervisionado em IES privadas da grande São Paulo. **Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 3, jul./set. 2010. p.682-688.

TEIXEIRA, R. T. S.; DINIZ, J. M. F. A. Avaliação na formação inicial: reflexões e possibilidades. In: LARA, L. M. (Org.). **Abordagens socioculturais em educação física**. Maringá: Eduem, 2010. p.247-269.

VEIGA, I. P. A. **Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico**. Campinas: Papyrus, 2004.

.....
Recebido em: 21/01/2012

Revisado em: 13/06/2012

Aprovado em: 28/11/2012

Endereço para correspondência

zotovici@hotmail.com

Sandra Aparecida Zotovici

Universidade Estadual de Maringá

Centro de Ciências da Saúde.

Av. Colombo, 5790, bloco 06, sala 12

Jd. Universitário

87020-900 - Maringá, PR - Brasil